

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITACOATIARA**

TATIANA DAMASCENO RAMIRES

**CARACTERIZAÇÃO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÉ MAWÉ
LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM)**

Itacoatiara
2018

TATIANA DAMASCENO RAMIRES

**CARACTERIZAÇÃO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÉ MAWÉ
LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS, (AM)**

Monografia apresentada ao curso de Engenharia Florestal, do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara, da Universidade do Estado do Amazonas para obtenção do título de bacharel em Engenharia Florestal.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Souza Mafra

Coorientadora: Prof.^a M.Sc. Giselle Larissa Rebouças Couto Silva

Itacoatiara
2018

TATIANA DAMASCENO RAMIRES
CARACTERIZAÇÃO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ
LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS (AM)

Monografia apresentada ao curso de Engenharia Florestal, da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharela em Engenharia Florestal.

Itacoatiara-AM, 05 de dezembro de 2018.

Nota: 9,2

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo de Souza Mafra – UEA
(Orientador)



Prof. M. Sc. Giselle Larissa Rebouças Couto Silva – UEA
(Coorientadora)



Prof. Dr. Aníbal de Araújo Cavalcante – UEA

Dedicatória

*Dedico este trabalho a minha família **Damasceno**, que foram incansáveis em demonstrar todo carinho e apoio, por não medir esforços para me ajudar, acreditando sempre na minha capacidade.*

AGRADECIMENTOS

Primeiro e essencialmente agradeço a Deus, sou grata pela graça de Tê-lo na minha vida, e certa de que durante toda minha graduação Ele esteve ao meu lado no controle de tudo.

Agradeço a Deus por ter me dado condições de lutar e alcançar os objetivos pretendidos.

Agradeço aos meus pais Jocicley Sampaio Ramires e Raimunda Nonata Damasceno Barão, por terem me preparado para a vida e nunca terem desistido de investir nos meus sonhos.

A minha filha Agatha que sempre foi a força maior de todo esse sonho.

Aos meus familiares que mesmo com a distância, foram incansáveis em demonstrar todo carinho e apoio, acreditando na minha capacidade e investindo em mim para que eu chegasse até aqui.

A Turma onze, em especial aos amigos que abdiquei nesta trajetória, todos os momentos compartilhados juntos foram essenciais nesta vida acadêmica.

Ao meu orientador, prof. Eduardo de Souza Mafra por toda paciência e aprendizado compartilhado.

A minha Coorientadora, prof. Giselle Larissa Rebouças Couto Silva, por toda dedicação, por ser minha incentivadora, por todos os ralhos. A senhora é uma inspiração para mim de persistência e coragem.

Ao senhor Jarleson Lopes por ter se tornado um grande amigo e estado ao meu lado, nos melhores e piores momentos dessa vida.

A todas as pessoas em especiais que conheci nessa trajetória que contribuíram significativamente, me apoiando, me passando boas energias e desejando sempre o meu melhor, grata.

*Não nasci rico, mas isso não me impediu de
ver riquezas na capacidade de transformar a
vida em presentes e conquistas.*

Riva Almeida

RESUMO

Os produtos florestais não madeireiros são subsídios de sobrevivência e renda de muitas famílias tradicionais na região amazônica o que corrobora com a crescente retirada dos recursos ofertados pela natureza. Nas duas últimas décadas, o uso e a gestão dos recursos naturais têm sido temas recorrentes nos debates acadêmicos e políticos sobre desenvolvimento. Fundamentado na importância que se teve os produtos extrativistas para a construção de uma história de grande avanço econômico para o estado do Amazonas, em tempos atuais qual a abrangência de comercialização destes produtos e o fato dos produtos extrativistas poder enfrentar em tempos atuais crises de preços ocasionadas pela concorrência com outros produtos, o consórcio seria uma opção de organização que viabiliza o alcance de venda dos produtos florestais não madeireiros. Com base nessas considerações, este trabalho tem como objetivo principal caracterizar o consórcio de produtores de Sateré-Mawé (CPSM), implementado no município de Parintins, Estado do Amazonas. Por meio de entrevistas e aplicação de formulário semiestruturado, pode-se identificar os desafios enfrentados, a inserção dos produtos extrativistas no consórcio e os subsídios que definem na comercialização dos produtos florestais não madeireiros, evidenciando as oportunidades e fragilidades desta forma de agrupamento de produtores com esta especificidade. A comercialização dos PFNMs do consórcio dá-se tanto de forma direta por meios de mercados municipais, supermercados, mercearias, quitandas, tabernas, quando se trata de comércio local. E também através da exportação para outros países, estados e regiões, fazendo gerar renda para o consórcio tanto em nível local como internacional. Conhecendo as atividades que estabelecem a dinâmica de trabalho do consórcio que proporciona retribuição de forma direta e indireta aos envolvidos em todo o processo, desde a coleta dos produtos até seu destino final. A organização do consórcio permitiu a melhoria na qualidade do produto que veem diretamente das comunidades e são beneficiados e armazenados de forma adequada até sua comercialização, viabilizando a melhor visão dos produtos no mercado, contribuindo com o amplo alcance de venda, fortalecendo a otimização no processo de organização e liderança dos criadores do consórcio.

Palavras chaves: Produtos florestais não madeireiros, consórcio, comercialização.

ABSTRACT

Non-timber forest products are survival and income many traditional families in the Amazon region, which corroborates the growing withdrawal of resources offered by nature. In the last two decades, the use and *gestão dos recursos naturais* têm sido temas recorrentes nos debates acadêmicos e management of natural resources have been recurrent themes in academic debates and development. Based on the importance of the products extractive industries to build a history of great economic progress for the state of Amazonas, in current times the scope of commercialization of these products and the fact that extractive products can cope in current times price crises caused by competition with other products, the consortium would be an option of organization that makes possible the scope of sale of the products forestry. Based on these considerations, this work main objective is to characterize the consortium of Sateré-Mawé producers (CPSM), implemented in the city of Parintins, State of Amazonas. By means of interviews and the application of a semi-structured form, one can identify the challenges the insertion of the extractive products in the consortium and the subsidies that marketing of non-timber forest products, opportunities and weaknesses of this form of producer grouping with this specificity. The commercialization of the NWFPs of the consortium takes place direct by means of municipal markets, supermarkets, grocery stores, greengrocers, taverns, when it comes to local commerce. And, by exporting to other countries, states and regions, generating income for the consortium at both the local and international. Knowing the activities that establish the dynamics of consortium that provides direct and indirect involved in the entire process, from the collection of products to their destination. THE organization of the consortium has allowed the improvement in the quality of the product directly from the communities and are beneficially and appropriately stored until its commercialization, enabling the best view of the products in the market, contributing to the broad scope of sales, strengthening the optimization in the process of organization and leadership of the consortium creators.

Keywords: Non-timber forest products, consortium, commercialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Parintins	20
Figura 2: Localização da Sede	23
Figura 3: Cacho contendo frutos <i>in natura</i> apto para colheita	24
Figura 4: Produtos comercializados no Consórcio	27
Figura 5: Barco utilizado para transportar os produtos das comunidades até a sede do Consórcio em Parintins	28
Figura 6: Algumas máquinas e equipamentos utilizados no beneficiamento dos produtos.....	29
Figura 7: Armazenamento dos produtos.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de comunidades e famílias fornecedoras dos produtos	26
Quadro 2: Alcance de venda	30
Quadro 3: Preço dos produtos vendidos em quilograma	30
Quadro 4: Valor ganho na venda dos produtos na safra 2017/2018.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REVISÃO DE LITERATURA	14
1.1 EXTRATIVISMO VEGETAL.....	14
1.2 EXTRATIVISMO VEGETAL NO AMAZONAS	14
1.3 PRODUTOS EXTRATIVOS DE GRANDE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA.....	16
1.4 IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DO EXTRATIVISMO VEGETAL	17
1.5 CONSÓRCIO ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PRODUTOS FLORESTAIS.....	19
2 METODOLOGIA.....	20
2.1 ÁREA DE ESTUDO	20
2.3 COLETA DE DADOS	22
2.4 ANÁLISE DE DADOS	22
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
3.1 FUNDAÇÃO E INFRAESTRUTURA.....	23
3.2 ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ	25
3.3 ORIGEM DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	26
3.4 TRANSPORTE BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS	28
3.5 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS.....	30
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES.....	38
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

Historicamente, desde o início do processo de colonização até a contemporaneidade, a Amazônia sempre foi caracterizada como um ambiente inesgotável de matéria-prima, principalmente por mercados estrangeiros, pois sua diversidade propicia investimentos em pesquisa e na exploração propriamente dita dos recursos naturais (ANDRADE, 2015).

Nas duas últimas décadas, o uso e a gestão dos recursos naturais têm sido temas recorrentes nos debates acadêmicos e políticos sobre desenvolvimento. De modo geral, para alguns autores, florestas, rios, solos, fauna e flora representam oportunidades de realização de atividades econômicas para a massa, mas primitiva, sobretudo também, ao crescimento econômico para determinada região. Para outros, estão associados à constituição de um modo de vida peculiar, distinto daquele que se evidencia no mundo moderno (SILVA *et al.*, 2016).

“O extrativismo é citado como uma das atividades humanas mais antigas, pois antes de domesticar plantas e animais, os seres humanos coletavam e caçavam e esta atividade persiste principalmente em comunidades próximas aos recursos naturais” (CALDERON, 2013, p. 6).

O forte potencial de mercado da biodiversidade contida nas florestas de várzeas, cerrados e rios amazônicos, possui diversificadas espécies de plantas superiores, com um potencial para uso medicinal, cosmético ou como bioinseticida e espécies de frutas comestíveis, além da rica fauna silvestre despertam o interesse e a necessidade humana pelo uso desses produtos ofertados pela floresta (SIENA *et al. apud* COSTA, 2011).

O extrativismo se refere não apenas à gestão dos recursos naturais e ao uso da biodiversidade, mas também sobre o conhecimento tradicional dos povos e populações, principalmente das comunidades tradicionais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas que fazem uso de tais recursos (SILVA, 1996).

Os pequenos produtores e comunidades tradicionais são os verdadeiros conservadores das florestas e que mantêm o seu avanço nas ações predatórias aos recursos oferecidos ao homem, associando a sua conduta de vida ao manejo de recursos naturais, vivendo da coleta de produtos de origem natural que atualmente são composto por um grande número de itens relacionadas em vários tipos, como os alimentícios, aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes, borrachas, ceras, fibras, gomas não elásticas, oleaginosos e tanantes.

Na busca de um diferencial capaz de manter a organização competitiva, as pessoas se organizam de várias formas com o intuito de gerar renda e melhorar sua qualidade de vida. As associações, cujo formato propõe ações coletivas ou processo de autogestão, são uma possibilidade de modelo organizacional que visa construir alternativas nesse sentido. O associativismo está presente na atividade humana, como uma maneira de desenvolver atividades em conjunto, traduzidas em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social (ABRANTES, 2004).

Segundo Siena *et al.* (2011), as comunidades tradicionais exploram o açaí nativo, a castanha do Brasil, o óleo da copaíba, látex, o guaraná, no entanto estes produtos, possuem geralmente baixo valor agregado levando os produtores a enfrentar a concorrência competitiva de outros produtos, principalmente em termos de custo, qualidade e entrega.

A extração de produtos da biodiversidade ainda é uma atividade constante realizada por comunidades tradicionais que dela sobrevivem. O extrativismo vegetal constituiu-se como a principal atividade no período em que prevaleceu a extração das denominadas "drogas do sertão", borracha, madeira, fibras, castanha, mel, fumo, resinas, óleos vegetais e essências, metais preciosos, cacau, dentre outros produtos. Tal atividade continua ainda a ser a base econômica de muitas famílias nos quatro cantos do país. Apesar de enfrentar crises de preço, ocasionadas pela concorrência com outros produtos, o extrativismo se constitui numa importante atividade econômica, empregando contingentes populacionais expressivos (INSTITUTO ECOBRASIL, 2018).

Segundo Fao (2010), um terço das florestas do mundo tem sido utilizado para a produção de madeira e Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), pouco mais de 2,1 bilhões de hectares. A produção mundial de PFNM em 2005, declarada pelos países à FAO, situa-se em torno de US\$ 18,5 bilhões, embora o valor real seja desconhecido, pois muitos países onde a extração destes produtos é importante, não os consideram em suas estatísticas (FAO, 2010).

A produção de PFNM extrativista ou agroextrativista tem chamado a atenção da sociedade, de gestores públicos e legisladores, principalmente pelo potencial da atividade na geração de renda e preservação ambiental, estimulando nas últimas duas décadas, e mais expressivamente nos últimos cinco anos, a publicação e implementação de duas leis, políticas, planos e programas de estímulo e apoio ao extrativismo de PFNM e seus mercados (AFONSO, 2012).

Fundamentado na importância que tiveram os produtos extrativistas para a construção de uma história de grande avanço econômico para o estado do Amazonas, em tempos atuais, qual a abrangência de comercialização destes produtos e a sua capacidade de enfrentar crises de preços ocasionadas pela concorrência com outros produtos, o Consórcio seria uma opção de organização que viabiliza o alcance de venda dos PFNMs?

Com base nessas considerações, este trabalho tem como objetivo, caracterizar o Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), implementado no município de Parintins (AM). Seguindo os seguintes objetivos específicos: a) identificar e descrever as principais atividades desenvolvidas no consórcio; b) identificar a origem do fornecimento dos produtos; c) fazer um levantamento dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) que são comercializados pelo CPSM, e d) mostrar o alcance de comercialização dos produtos.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 EXTRATIVISMO VEGETAL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceitua o extrativismo vegetal como sendo o processo pelo qual o homem realiza a coleta ou apanha produtos provenientes dos recursos florestais nativos, tais como: madeiras, látex, sementes, folhas, resinas, óleos, frutos, raízes e outros (HOMMA, 1993; IBGE, 1976).

O conceito de extrativismo vegetal que existiu até o início do século XIX baseava-se nas ideias dos Naturalistas. Este pensamento foi reforçado pela Revolução Industrial e pelas teorias de Karl Marx, onde tudo era produto e os recursos naturais passaram a ser chamado de matérias-primas, consideradas inesgotáveis (FONSECA, 2009).

A atividade de coletar produtos florestais não madeireiros é considerado como extrativismo vegetal. O extrativismo designa as atividades de coleta de produtos naturais de origem animal, mineral ou vegetal (RUEDA, 1995), podendo incluir atividades de cultivo e transformação (RÊGO, 1999). Essas atividades são desenvolvidas, entre outros locais, nas reservas extrativistas (RESEX), unidades de conservação que têm como objetivo básico proteger os meios de vida das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

1.2 EXTRATIVISMO VEGETAL NO AMAZONAS

No Amazonas a história da extração de produtos naturais é constante. Ela atravessou ciclos econômicos e em certos períodos representou o papel de principal atividade regional.

Aproximadamente entre 1880 e 1910, a Amazônia assumiu um papel preponderante no cenário econômico nacional produzindo borracha natural, cuja matéria-prima era retirada da árvore *Hevea brasiliensis*. Uma combinação de grande poder de mercado – como indicado pelo nome da árvore, ela é natural do Brasil – com a descoberta de novas aplicações para a borracha, cria as melhores condições para o início do empreendimento que deteria, no pico, 40% das receitas de exportação do país. Não apenas constituiu uma importante fonte de recursos externos, mas teve

como efeito de longo prazo a colonização de uma região que era, até então, praticamente despovoada (SOUSA, 2006).

A borracha foi um marco na industrialização da região amazônica, por um tempo foi um dos produtos extrativistas mais utilizados pelas indústrias de máquinas e equipamentos, assim impulsionando a economia do estado que adquiria o látex da seringueira uma árvore originária do Amazonas, dando ênfase a racionalização da região e abrigo não somente produtores rurais e urbanos locais, como também de outras regiões e países que se deslocavam em busca de conhecimento e emprego.

Na Amazônia, a extração de recursos naturais tem sido o ponto de apoio na atividade de comércio exterior desde os primórdios de sua ocupação. Assim aconteceu com o cacau (*Theobroma cacao* L.) que, na economia colonial, respondeu por até 97% do valor das exportações no período de (1736). Foi assim também com a seringueira, terceiro produto da pauta das exportações nacionais por 30 anos (1887-1917), e que atingiu o pico de participação em 1910, quando foi responsável por 39%, e, novamente, em 1945, por ocasião da II Guerra Mundial, ano em que representou 70% das exportações da Região Norte. A produção de pau rosa alcançou participação máxima nas exportações da Região Norte, em 1955, com 16%, e a castanha-do-Brasil, em 1956, com 71% (HOMMA, 2003).

As opções de produtos extrativos dessa região foram crescendo ao longo dos tempos. A passagem dos ciclos econômicos, cada um com um ou mais produtos extrativos principais, evidencia tal ideia. O guaraná (*Paullinia cupana* Kunth) e o pau rosa (*Aniba roseadora* Ducke) tornaram-se importantes mercadorias no ciclo conhecido como “ciclo dos múltiplos produtos florestais” no período de (1931-1970). Do primeiro aproveita-se o fruto, que gera um subproduto, a essência do óleo para perfumaria (SILVA, 1996).

Além destes que foram muito utilizados naquela época e que fizeram parte de estágios de grande avanço para o estado do Amazonas, existem muitos outros produtos extrativos conhecidos e que são até os dias atuais extraídos e utilizados na região e em muitos outros estados. Assim, as atividades extrativistas no Amazonas foi e ainda é a base econômica de muitas famílias na região em pleno século XXI.

1.3 PRODUTOS EXTRATIVOS DE GRANDE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

O extrativismo vegetal no Amazonas abrange um grande patamar de produtos que foram explorados e que são ainda renda para muitas famílias populares principalmente quando associados a produtos com valor econômico crescente como o açaí, guaraná, andiroba, amêndoas de babaçu, castanha do Brasil, borracha, palmito, óleo de copaíba e outros.

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é um fruto de uma palmeira, típico e popular da região amazônica, que nos últimos anos ganhou importância devido aos benefícios à saúde, associados a sua composição fitoquímica e a capacidade antioxidante. O Brasil é o principal produtor, consumidor e exportador do açaí. Esse fruto é comercializado e consumido pela população local nas regiões produtoras do Pará, Maranhão, Amapá, Acre e Rondônia (PORTINHO *et al.*, 2012).

A produção de guaraná até o advento da Lei dos Sucos nº 9.610 era decorrente da coleta extrativa e de plantios semidomesticados, concentrados nos municípios de Maués e Manacapuru, no Estado do Amazonas. Essa produção, por várias décadas, permaneceu estacionária entre 200 t a 250 t/ano (HOMMA, 2001).

Entende-se por guaraná os frutos extraídos de *Paullinia cupana* H.B.K. *typica* e *Paullinia cupana* var. *sorbilis* (Mart.) Ducke. O guaraná em pó, forma como o produto é normalmente comercializado, é resultante da semente finamente triturada, moída ou pilada após secagem (REV. NUTR. CAMPINAS, 2007).

O óleo de andiroba é bastante utilizado na indústria de cosmético e fitoterápico podendo ainda ser utilizado para produção de biodiesel (MENDONÇA; FERRAZ, 2007; KENFACK, 2011). A característica físico-química do óleo é o fator limitante para seu uso necessitando, portanto, de procedimentos adequados de secagem e extração do óleo que assegurem sua qualidade.

A espécie *Carapa guianensis* Aubl é amplamente conhecida como andiroba ou em inglês crabwood (Guiana Britânica e Trinidad). É uma espécie de origem nativa e endêmica do Brasil. Ela encontra-se distribuída na América Central até o Norte da América do Sul, a espécie *Carapa guianensis* Aubl. é utilizada por algumas populações no processo de obtenção do óleo de suas sementes (PANTOJA, 2007).

O babaçu é dos sistemas ecológicos amazônicos com maior potencial econômico, social e ambiental e é nativo da zona de transição entre o cerrado e as

florestas abertas do sul da Amazônia, onde invadiu áreas perturbadas pelo homem e formou populações oligárquicas (CLEMENT *et al.*, 2005).

O babaçu é um tipo de palmeira brasileira (família Palmae), geralmente composta por espécies dos gêneros *Orbignya* ou *Attalea*, ocorrendo em várias regiões do país, principalmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, com abundância no estado do Maranhão, onde até existe uma organização de quebradeiras de côco (AZEVEDO, 2007).

Homma (2004) cita que a exploração de castanha do Brasil, tornou-se a principal atividade econômica na região amazônica, desde o declínio da exploração de borracha. Esta atividade vem sustentando milhares de extrativistas e toda uma oligarquia decorrente dessa riqueza.

O látex natural centrifugado é aplicado na confecção dos mais variados produtos, de acordo com a tecnologia disponível. Um exemplo prático da importância do mercado de borracha natural é viabilidade econômica, a borracha natural é utilizada na fabricação de pneus para caminhões, ônibus e aviões, que não podem ser feitos com borracha sintética devido à drástica diminuição de suas propriedades (RIPPEL; BRAGANÇA, 2009).

A seringueira *Hevea brasiliensis* é a espécie mais importante do gênero *Hevea* por ser a principal fonte de borracha natural, pertence à família Euphorbiaceae e está presente em regiões onde períodos secos são constantes como regiões da Amazônia (GOUVÊA, 2009).

O óleo de copaíba é utilizado pelas populações tradicionais e indústrias farmacêuticas devido às suas propriedades terapêuticas. O óleo-resina da copaíba pode ser usado puro ("*in natura*") ou destilado, ou como componente na preparação de uma variedade de produtos terapêuticos e cosméticos, como xaropes, pomadas, cápsulas, óvulos vaginais, cremes, sabonetes, xampus, detergentes e loções; possui ainda potencial para uso industrial em tintas, vernizes e como fixador de fragrância de perfumes (SAMPAIO, 2000).

1.4 IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DO EXTRATIVISMO VEGETAL

A floresta amazônica ainda é fonte de recursos naturais para muitas utilidades humanas. Não somente aqueles recursos alocados via mercado, mas também aqueles alocados (extraídos ou coletados) para o autoconsumo ou para uso direto da

família ou comunidade. Desse modo, a função social da floresta ainda é muito diversa e rica. Muitas sociedades locais ainda têm nela a fonte primeira de alimento, renda, paz, bem-estar social, saúde e segurança (IBAMA, 1997).

O manejo de produtos florestais não madeireiros é importante pois mantém a floresta em pé e praticamente sem alterações, transformando a floresta em uma fonte rentável (MACHADO, 2008). Estudos sugerem que o valor obtido dos produtos extraídos sustentavelmente de uma área florestal particular poderia, muitas vezes, exceder o ganho obtido se a terra fosse convertida em pastagem ou área agrícola (SANTOS; GUERRA, 2010).

A forma em que a produção extrativista tem levantado reforços para a preservação de vastas áreas naturais, contribui com a mitigação dos impactos das florestas em todo o mundo. Na Amazônia, o extrativismo de produtos da biodiversidade beneficia direta e indiretamente centenas de milhares de famílias, além de contribuir para a manutenção e conservação de sistemas ecológicos e serviços (SILVEIRA, 2009).

O efeito positivo disso foi a criação de diversas unidades de conservação de uso sustentável, tais como Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais (CALDERON, 2013). O extrativismo pode ser considerado como um componente vital pois promove o auto sustento de famílias, movimentam mercados locais e regionais, e causa baixo impacto em ecossistemas hídricos e florestais.

Segundo Almeida (2004), a população tradicional de castanheiros e seringueiros é estimada em 163 mil, sendo que 33 mil vivem em reservas extrativistas criadas a partir do ano 2000. A função socioambiental que esta população desempenha é central para a manutenção da floresta em pé. Detentores de conhecimentos e práticas tradicionais de sistemas de manejo agroextrativista, os extrativistas asseguram uma contínua adaptação da biodiversidade a novos contextos e processos de produção.

Os anos passaram e a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas, conforme previsto, agoniza em outras, mas também persiste em muitas áreas da região, que suprem suas necessidades físicas e econômicas por meio do trabalho gerado pelos produtos da floresta que são utilizados por famílias há muitas gerações como fonte de alimento, soluções para doenças e que com pesquisas científicas e muito trabalho se tornaram produtos reconhecidos comercialmente. Tais produtos

contribuem com a racionalização humana no incremento de cosméticos, fármacos, conhecimentos medicinais e o principal econômico.

1.5 CONSÓRCIO ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PRODUTOS FLORESTAIS

As cooperativas florestais surgiram como importante agente de fomento para o desenvolvimento dos negócios dos pequenos produtores florestais, ao tempo que se constitui em importante agente de proteção e segurança aos cooperados (PEREIRA, 2015).

A organização por produtores rurais traz à tona a criação de associações, cooperativas e consórcios que viabilizam a distribuição dos produtos coletados e cultivados pelas famílias tradicionais o que fomenta o espírito de liderança das comunidades.

O desenvolvimento da liderança comunitária oferece uma oportunidade de integração efetiva do grupo, deixando claro que o relacionamento entre os atores deve ser cultivado, devido ao contexto onde a mesma ocorre e por ser um fenômeno social.

Liderança comunitária é aquela que ocorre dentro de comunidades com pessoas diferentes que se reúnem com o intuito de colaborarem entre si, o seu desenvolvimento oferece uma oportunidade para construir uma integração efetiva do grupo (KIRK; SHUTTE, 2004).

Os desafios são enormes, mas as perspectivas dos associados das novas associações florestais são boas, consideradas as dificuldades dos pequenos produtores florestais em comercializar os seus produtos a preços viáveis que permitam a continuidade dos seus negócios (PEREIRA, 2015).

2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado no Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), localizado no município de Parintins (Figura 1) ilhado no interior do estado do Amazonas. Pertence à mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de mesmo nome, localizando-se no extremo leste do estado, distando cerca de 369 quilômetros da capital Manaus. - a 2°39'10" e S 56°45'25", com uma altitude de 50 metros em relação ao nível do mar, cortada pelos Lagos da Francesa e Macurany, (Figura 1) e possui uma área municipal de 10.084 km², conforme resolução n° 05 de 10 de outubro de 2002 – IBGE (MACHADO *et al.*, 2005).

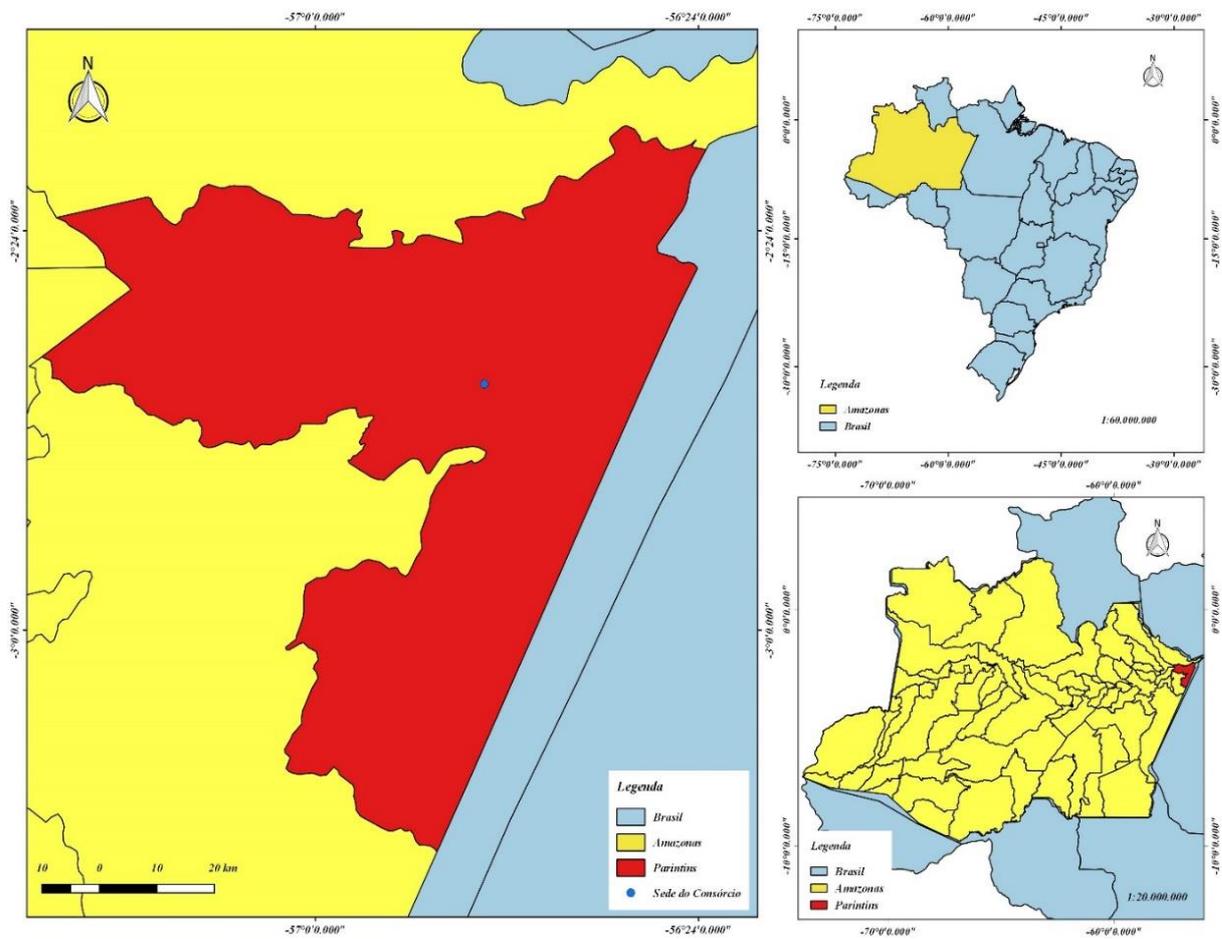


Figura 1: Localização do Município de Parintins
Fonte: Jarleson Lopes, 2018

A vegetação no município é característica não divergindo da existente em toda a Amazônia, isto é, Floresta Perenifólia Hileiana Amazônica, que corresponde floresta de terra firme; Floresta Perenifólia Paludosa Ribeirinha Periodicamente Inundada (mata de várzea); Floresta Perenifólia Plaudosa Ribeirinha Permanentemente inundada (mata de igapó) e na sede municipal uma pequena mancha de cerrado conhecida como campo grande (SOUSA, 2015).

O solo que predomina nos solos na Amazônia é o Latossolo Amarelo/Avermelhado e o Argissolo Amarelo, em que ambos apresentam características como solos profundos, bem drenados, de textura média a argilosa, alta porosidade, boa aeração, boa permeabilidade e pouca fertilidade (CAMPOS, 2012).

No período da vazante surgem os depósitos sedimentares que são oriundos de sedimentos acumulados durante a enchente. Esse solo é o Neossolo Fúlvico que de acordo com Albuquerque (2012, p. 59) “é um tipo de solo jovem, de formação recente, pouco desenvolvido, resultante dos depósitos de materiais sólidos arrastados pelo rio de água branca durante o período de cheia [...]”. “Solos derivados de sedimentos aluviais e que apresentam caráter flúvico” (EMBRAPA, 2006, p. 181).

O clima da cidade de Parintins é tropical chuvoso e úmido, com temperatura máxima de 35,5°C, mínima de 22,4°C e média 26,3°C. Há duas estações anuais: inverno (época de chuva), que começa no mês de dezembro e se estende até maio. Nesse período, o Rio Amazonas inunda as áreas de várzea e fertiliza os solos, tornando a pesca mais escassa e exigindo maior esforço humano para as atividades de subsistência. O verão inicia-se no mês de junho e se prolonga até novembro, quando o sol é mais intenso e a maior parte das áreas de várzea no período da vazante encontra-se fertilizada para o cultivo das lavouras temporárias, assim como a pesca se torna mais abundante, nos inúmeros lagos pesqueiros que surgem com o recuo das águas do Rio Amazonas (LEMOS, 2005).

O rio que margeia esta área é o Amazonas, principal coletor e tronco da bacia hidrográfica amazônica que apresenta como características específicas: ser um rio perene, típico de planície, sujeito ao sistema de cheias e vazantes, condicionado pelo fator climático das águas das chuvas, o maior rio de água doce, rio de água branca, apresenta baixa declividade e devido a sua hidrodinâmica o mesmo já apresenta mudanças no seu leito e canal (MAGALHÃES, 2011).

2.3 COLETA DE DADOS

Foi encaminhada ao dirigente do consorcio de produtores Sateré-Mawé uma carta de apresentação do projeto de pesquisa (Anexo A), seguido de uma carta de anuência de pesquisa solicitando autorização para coleta de dados do consórcio (Anexo B) foi realizada a partir de pesquisa documental, bem como entrevistas não estruturadas, aplicação de formulário semiestruturado (Apêndice A), ao responsável pelo consórcio e registro fotográfico. Também foi importante o acesso a base de dados da unidade de beneficiamento dos Sateré-Mawé.

Por meio das entrevistas e aplicação do formulário semiestruturado pode-se identificar os desafios enfrentados, a inserção dos produtos extrativistas no consórcio e os subsídios que definem na comercialização dos produtos florestais não madeireiros, evidenciando as oportunidades e fragilidades desta forma de agrupamento de produtores com esta especificidade.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram organizados e tabulados em planilha eletrônica e analisados por meio de estatística descritiva dos produtos comercializados e atividades em geral realizadas pelo consórcio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 FUNDAÇÃO E INFRAESTRUTURA

O consórcio de produtores Sateré-Mawé teve início em dezembro de 2008 no município de Parintins (Figura 2), a partir da observação de viabilidade de venda do guaraná nativo (FIGURA 3), que foi inclusive o incentivo de criação e o primeiro produto a ser comercializado pelo consórcio de produtores Sateré-Mawé.



Figura 2: Localização da Sede

Fonte: Jarleson Lopes, 2018

A ideia de criação do CPSM, foi do senhor Obadias Batista Garcia. O objetivo principal da fundação foi o de criar uma forma para que a cultura e a crença do seu povo não fossem esquecidas. Além de fazer com que os produtos coletados pela sua comunidade de origem, tivessem um grande alcance de mercado, gerando renda e consequentemente reconhecimento do consórcio, evidenciando pela pesquisa, a importância de manter sempre vivos os costumes do seu povo. O consórcio é

composto por famílias tradicionais Sateré-Mawé e por comunidades ribeirinhas da região.

A agricultura do guaraná se apresenta como uma economia sustentável, principalmente, para a comunidade indígena Sateré-Mawé e de outros ribeirinhos espalhados pelas margens do rio Amazonas e seus afluentes (EMBRAPA 2008, SEBRAE, 2012). O que condiz com o relato apresentado pelo entrevistado, em que o guaraná foi um dos pontos-chaves para dar início ao consórcio, sendo ele uma das riquezas de sua comunidade e muito utilizado na industrialização de produtos, tanto farmacêuticos como alimentícios, facilitando a sua comercialização.



Figura 3: Cacho contendo frutos *in natura* apto para colheita
Fonte: Consórcio de produtores Sateré-Mawé, 2018

Castro (2007), afirma que o modo de vida da maioria das populações nativas amazônicas resulta do conhecimento transmitido de geração em geração segundo tradições culturais, estejam estas no plano subjetivo ou objetivo. O que pode ser uma explicação na conquista da organização e criação do consórcio pelas comunidades existentes na região, no qual o saber pela sua crença e cultivo da terra ainda se mantém bastante vivo.

As conquistas referentes a infraestrutura, deu-se por meio de empresas como Guaraná Amazonas, Agrorisa responsável e o Instituto de Financiamento Empresarial (IFE), que contribuiu com o recurso financeiro para dar início as atividades realizadas no consórcio.

Atualmente as fontes de recursos são financiamentos, feitos a partir de empresas e instituições parceiras do consórcio. Segundo Pedroso (2011), a presença de empresas em cooperativas ou outras formas de organização coletiva, pode auxiliar

no desenvolvimento das cadeias produtivas, desde que seja estimulada a capacidade de organização e de gestão, para garantir a sustentabilidade e a equidade nas relações.

Encontra-se em diversas pesquisas ideias citadas por autores ou realizadas por empresas que ousaram em colaborar com a problemática, criando a partir daí uma forma de organizar um empreendimento que envolva mudanças sociais contribuindo com atividades que gerem renda para os engajados no negócio. As parcerias são muito importantes para as empresas colaboradoras, podendo trazê-las subsídios de expansão nas suas operações.

O CPSM veio trazer credibilidade aos produtos de origem florestal, visto que a atividade exercida pelas comunidades tradicionais, adquiriu um caráter mais formal, e agregou valor aos PFNMs, através do seu beneficiamento, comercializando um produto de maior qualidade. Entretanto, durante o período de realização da pesquisa, várias questões relativas ao funcionamento e autonomia do consórcio foram trazidas à tona, revelando sua fragilidade, devido a carência na participação de algumas famílias da comunidade fazendo com que as quantidades de produtos sejam ainda abaixo do esperado.

Contudo para Bista & Webb (2006), a presença de instituições que trabalhem visando a melhoria dos meios de subsistência dos trabalhadores, poderia, por exemplo, operar no sentido de fomentar a instalação de estruturas de armazenagem e beneficiamento, criar condições de geração de novos conhecimentos, reproduzir experiências positivas de outras regiões e incentivar a organização coletiva, com vistas a melhoria do uso de PFNMs. Dessa forma seria possível proporcionar maiores oportunidades para o rendimento sustentável de produtos florestais não madeireiros, bem como, despertaria o interesse para a inovação tecnológica, social e ambiental.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ

O consórcio de produtores Sateré-Mawé é composto por 13 pessoas que trabalham diretamente na sede, localizada na rua Governador Leopoldo neves, 516 centro – em Parintins. Caracterizados por possuírem idade variando entre 20 até 60 anos, dos quais (54%) cursaram ensino fundamental, (39%) o ensino médio e (7%) nível superior. Apenas nove deles nasceram e moraram na comunidade Sateré-Mawé, porém passaram a morar no município depois de firmarem a organização e os outros

são nativos do município. O entrevistado afirma que a renda gerada pela comercialização dos produtos ainda é muito baixa, mas ainda sim, é significativa como parte do orçamento que matem empregados pais de famílias e mantendo o consorcio em produção constante.

3.3 ORIGEM DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Os produtos comercializados no CPSM, são provenientes de comunidades tradicionais, no total são 8 comunidades classificadas na integração em que compõem o abastecimento dos produtos para o consórcio, fazem parte 349 famílias indígenas e 18 compostas por famílias não indígenas, totalizando em 367 famílias envolvidas (Quadro 1). O consórcio possui critérios para os produtores dessas comunidades se associarem:

- a) Para os produtores serem cadastrados, precisam passar por uma fichamento técnico do produtor no qual são feitas entrevistas, visitas e acompanhamento para detectar se existe capacidade de fornecer produtos para o consórcio e conseguinte se for cadastrado assinar um termo de compromisso do produtor. No caso do produtor ter o seu cadastro aceito o mesmo deverá assinar um termo de compromisso do produtor;
- b) Não a um limite de pessoas ou prioridade de comunidade para serem cadastradas apenas tem que ter o produto *in natura*;

Quadro 1: Quantidade de comunidades e famílias fornecedoras dos produtos

Comunidade Indígena	Número de Famílias	Comunidades Rural	Número de Famílias
Bem-te-vi	4	Barreira do Andirá	8
Castanhal	3	Laguinho	2
Sateré-Mawé	338	Maruaru	5
Santo do Mucuí	4	Pedras	2

As famílias que mais contribuem com a venda dos PFNMs para o consórcio são as compostas por indígenas. Segundo Diegues (1996), as populações tradicionais possuem como característica uma cultura em que os modos de produção são próprios de uma sociedade em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, bem como existe uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza e, dessa forma, a dependência do mercado existe, mas não é total.

São mais de 10 produtos comercializados pelo Consórcio, estando eles representados na (Figura 4).

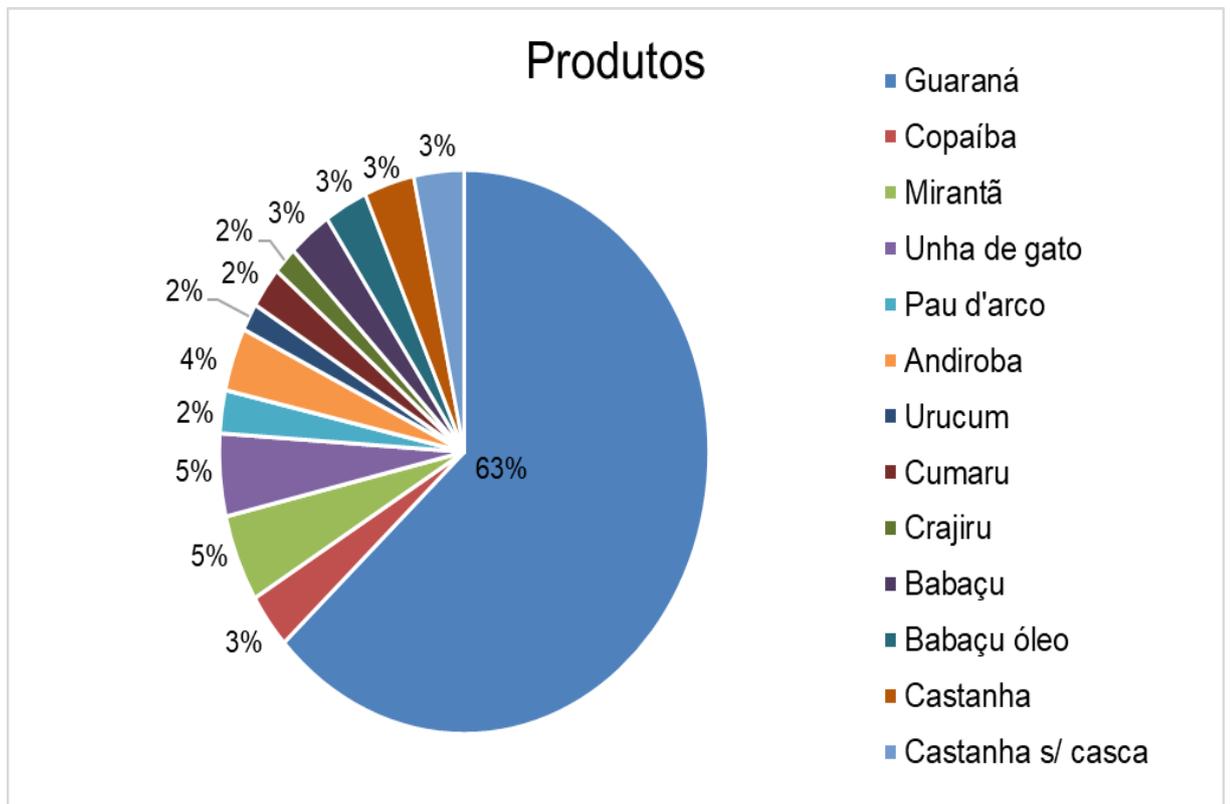


Figura 4: Produtos comercializados no consórcio

Dentre os 9 (nove) grupos de produtos não madeireiros explorados no Brasil, citados por Alves (2015), são considerados grupos de oleaginosas (andiroba, babaçu, cumarú, copaíba, macaúba) e alimentícios (açai, castanha de caju, castanha do Brasil, e outros), dentre os mesmos encontram-se produtos que são comercializados no Consórcio e que possuem em dias atuais um grande alcance de venda no mercado.

As famílias recebem de acordo com sua produção, sendo feito o pagamento na hora da entrega do produto conforme a quantidade entregue. O consórcio desenvolve também atividades socioambientais e educacionais que capacitam e disponibilizam conhecimentos as famílias envolvidas.

São realizados (Tabela 1), cursos na forma de retribuição as comunidades que coletam os produtos florestais e também com o intuito de despertar o interesse de mais famílias, o que contribuiria no aumento de quantidades de produtos para o consórcio.

Tabela 1: Atividades desenvolvidas no consórcio

ATIVIDADES
Compostagem de orgânicos
Recuperação de áreas degradadas
Cursos de meliponicultura
Manipulação de quelônios
Coletores de sementes
Boas práticas da extração da copaíba

3.4 TRANSPORTE BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS

O consórcio possui seu próprio transporte que fica responsável pela busca dos produtos, utilizado para buscar a produção nas comunidades e transportá-la até a sede do município (Figura 6).



Figura 5: Barco utilizado para transportar os produtos das comunidades até a sede do consórcio em Parintins

Os produtos que chegam no consórcio passam por algumas etapas até sua comercialização, como:

- Controle interno do produto
- Beneficiamento, empacotamento
- Armazenamento para comercialização

Organizacionalmente, o controle interno é realizado no consórcio pelos trabalhadores que fazem toda a conferência, pesagem e separação dos produtos que chegam na sede para serem beneficiados. O beneficiamento das sementes é de

extrema importância, pois remove sujeiras e outros materiais; classifica o produto de acordo com o tamanho, cor ou densidade (NETO *et al.*, 2007).

Para o beneficiamento dos produtos que chegam *in natura*, das comunidades, utilizam-se algumas máquinas e equipamentos tais como: balança, prensa para extração de óleos vegetais e um separador de pó (Figura 6).



Figura 6: Algumas máquinas e equipamentos utilizados no beneficiamento dos produtos

Depois de beneficiados os produtos são empacotados e armazenados (Figura 7), no consórcio até serem distribuídos para venda, através do sistema integrado de comércio exterior SISCOMEX, que é uma parceira do consórcio que facilita na exportação dos produtos.



Figura 7: Armazenamento dos produtos

3.5 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

A comercialização dos PFMNs do consórcio dá-se tanto de forma direta, no caso do mercado local, por meio de mercados municipais, supermercados, mercearias, quitandas, tabernas, quando se trata de comércio local. E também através de exportação para outros países, estados e regiões, fazendo gerar renda para o consórcio tanto em nível local como internacional. (Quadro 2)

Quadro 2: Alcance de venda

ALCANCE DE VENDA DO MERCADO		
Regional	Estadual	Internacional
Parintins	Pará	Canadá
Manaus	Fortaleza	Portugal
Maués	Mato Grosso	França
-	Rio de Janeiro	Espanha

Segundo estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o extrativismo de PFMNs no Brasil ainda é uma atividade que gera riqueza por meio da comercialização de uma série de produtos, de diversas categorias, que são extraídos em todo o território nacional (CALDERON, 2013).

O preço dos produtos vendidos no consórcio é de acordo com o quilograma ou litro do produto.

Quadro 3: Preço dos produtos vendidos em quilograma

PRODUTOS	R\$/kg		R\$/L	
	INTERNO	EXTERNO	INTERNO	EXTERNO
Guaraná	26	26	-	-
Mirantã	0,85	0,85	-	-
Unha de gato	1,17	1,17	-	-
Pau d'arco	0,32	0,32	-	-
Urucum	0,47	0,47	-	-
Cumarú	1	1,5	-	-
Babaçu	4,85	5	-	-
Castanha do Brasil	4,85	5	-	-
C. do Brasil s/ casca	8,33	13,33	-	-
Copaíba	-	-	6	9
Andiroba	-	-	4,5	6,5
Babaçu óleo	-	-	6	6

A meta de venda do CPSM é de 50t, mas a base de comercialização dos produtos chega a apenas 4 a 6t porque depende da quantidade fornecida pelas comunidades. O valor de venda alcançado pelo consórcio registrados na safra de 2017/2018 alcançou as quantidades e valores listados no Quadro 4.

Quadro 4: Valor ganho na venda dos produtos na safra 2017/2018

PRODUTOS	kg	L	R\$/KG		R\$/L	
			INTERNO	EXTERNO	INTERNO	EXTERNO
Guaraná	4000	-	104000	104000	-	-
Mirantã	316	-	268,6	268,6	-	-
Unha de gato	300	-	351	351	-	-
Pau d'arco	156	-	49,92	49,92	-	-
Urucum	100	-	47	47	-	-
Cumaru	150	-	150	225	-	-
Babaçu	180	--	23,4	23,4	-	-
Castanha do Brasil	210		1018,5	1050	-	-
C. do Brasil s/ casca	210	-	1749,3	2799,3	-	-
Copaíba	-	200	-	-	1200	1800
Andiroba	-	230	-	-	1035	1495
Babaçu óleo	-	180	-	-	1080	1080
TOTAL	5622	610	107657,72	108814,22	3315	4375

Fica evidente que a comercialização dos produtos pelo Consórcio traz benefícios econômicos viáveis pra prosseguir com a realização das atividades de venda dos produtos. Nesse contexto, observa-se que os PFNMs vêm assumindo papel de destaque, pois se apresentam como fonte alternativa de renda possuindo potencial de incentivo econômico. Sendo assim, nos últimos dez anos, assistiu-se ao crescente interesse por estes produtos, por se entender melhor a economia das florestas naturais (BALZON *et al.*,2004).

CONCLUSÃO

Identificou-se que além do trabalho de extrativismo dos diferentes produtos já citados na discussão pelo Consórcio, também são realizadas atividades socioambientais oferecendo cursos que capacitam as famílias. Realizando na sede o beneficiamento dos produtos *in natura* que veem das comunidades.

Os produtos são originários na sua grande maioria de comunidades indígenas Sateré-Mawé, provavelmente pelo fato de ser a comunidade que possui maior quantidade de famílias no consórcio.

Os produtos são dos mais variados passando pelo guaraná que é o que tem maior valor agregado, conseguinte a castanha, copaíba e andiroba.

Quanto ao alcance dos produtos o consórcio possui uma abrangência não só local como também dentro do país e no exterior, exportando até para quatro países.

Os resultados possibilitaram conhecer as atividades que estabelecem a dinâmica de trabalho do Consórcio quanto aos benefícios proporcionados aos envolvidos em todo o processo, desde a coleta dos produtos até seu destino final, aumentando a credibilidade quanto a valoração dos produtos florestais não madeireiros.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Inter ciência, 2004.
- AFONSO, Sandra Regina. A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense). 2012. 162 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2012.
- ALBUQUERQUE, C. C. de. **Análise Geoecológica da Paisagem de Várzea na Amazônia Central**: um estudo estrutural e funcional no Paraná de Parintins-AM. 2012. 225 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6, n.1, p. 9-32, ANPUR, maio de 2004.
- ALVES, Rodrigo Verissimo. **Estudo De Caso Da Comercialização Dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) Com Subsídio Para Restauração Florestal**. Minas Gerais: UFDV 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais), Universidade Federal de Viçosa, 2015.
- ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos. Caracterização da Cadeia Produtiva do Artesanato em Madeira no Município de Parintins Sob a Ótica da Sustentabilidade. Manaus: UFAM, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- AZEVEDO; Antônio Nery. **Babaçu (Orbignya Spp.) e suas potencialidades**. MG: Lavras, 2007. Monografia (Em Plantas Mediciniais). Universidade Federal de Lavras, 2007.
- BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não-madeireiros – análise retrospectiva. **Revista Floresta**, Curitiba, v. 34, n. 3, p. 363-371, set./dez., 2004.
- BISTA, Sagun Piol; WEBB, Edward L. **Coleta e comercialização de produtos florestais não-madeireiros nas montanhas do oeste do Nepal**. Conservação Ambiental, vol. 33, p. 244-255, 2006. Fundação para Conservação Ambiental.
- BRASIL, Alexandre Anders. As exportações brasileiras de painéis de madeira. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, 2002.
- BRASIL. Decreto de 16 de julho de 2002. Cria a Reserva Extrativista do Rio Jutaí, no Município de Jutaí, Estado do Amazonas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jul. 2002. Disponível em: Acesso em: 19 abril 2018.

CALDERON, Rafael de Azevedo. Mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia brasileira. Brasília: UNB,2013. Tese de Doutorado em Ciências florestais.

PANTOJA, T F. Descrição morfológica e análise da variabilidade genética para caracteres de frutos, sementes e processo germinativo associado à produtividade de óleo em matrizes de Carapa guianensis Aublet., uma Meliaceae da Amazônia Dissertação. Jaboticabal: Universidade Estadual Paulista; 2007.

Florestais, Publicação PPGEFL. Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013, p. 6.

CAMPOS, César Milton. **Caracterização e Gênese de Solos em Diferentes Ambientes Fisiográficos na Região sul do Amazonas**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2012.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Resenha publicada com o título "Alea rejecta est" no Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. pp. 229-240.

CLEMENT, Charles Roland; LLERAS, Eduardo Peres; LEEUWEN, Jan van. 2005. O potencial das palmeiras no Brasil: sucessos e fracassos das últimas décadas. Agrociências, 9, (1-2): 67-71. cnptia.embrapa.br/#guaraná, 2008. Acesso em 12 out. 2018

COSTA, Gleimíria Batista. Permanência de Práticas Tradicionais em Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia. Santa Cruz do Sul: UNSCS,2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). Sistema brasileiro de classificação de solos. 2. ed. Rio de Janeiro : EMBRAPA-SPI, 2006. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/downloads/sistema-brasileiro-de-classificacao-dos-solos2006.pdf>>. Acesso em: 20 de out de 2018.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. 2008. Cultivo do guaranazeiro no Amazonas. Disponível em: < <http://sistemasdeproducao>>. Acesso em 12 out. 2018.

FAO. Global Forest Resources Assessment 2010 - Main report. FAO Forestry Paper 163. Roma, 2010.

FONSECA, Clarisse Cavalcanti. Análise da Produção Regional dos Produtos Florestais Não Madeireiros no Brasil – período 1994-2007. Rio de Janeiro: UNRRJ,2009. Monografia apresentada ao Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Junho/2009.

GOUVÊA; Lígia Regina Lima. **Divergência genética em seringueira estimada através de técnicas multivariadas e marcadores moleculares microssatélites**. SP: Campinas, 2009. Dissertação (Em Agricultura Tropical e Subtropical Área de

Genética, Melhoramento Vegetal e Biotecnologia). Instituto agrônomo curso de pós-graduação em agricultura tropical e subtropical, 2009.

HÉBETTE, Jean: A ocupação humana recente da microrregião de Marabá. In: Hébette, J. (Org.). Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo sobre o campesinato na Amazônia. v. IV. Belém, PA: EDUFPA, 2004. p. 63-71.

HOMA, Alfredo Kingo Oyama; História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2003a.274p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Cemitério das Castanheiras. Ciência hoje. São Paulo, v.34, nº202. Mar.,2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e possibilidades. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 2002p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. In: Palestra proferida na 2ª Reunião Técnica da Cultura do Guaraná, em Belém, Pará, na Embrapa Amazônia Oriental, realizada no período de 20 a 22 de novembro de 2001. Anais. Pará: EMBRAPA, 2014. 308-319.

IBAMA. Programa Florestas Nacionais. Brasília 1997. Disponível em <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22IBAMA.%22>> Acesso em 28 abr. 2018.

IBGE. Produção Extrativa Vegetal. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. 240p

INSTITUTO ECOBRASIL. ECOTURISMO – DESENVOLVIMENTO. Comunidades tradicionais: extrativistas/seringueiros. Disponível em: <ecobrasil.org.br/site_content/30-categoria-conceitos/1103-comunidades-tradicionais-extrativistas-seringueiros>. Acesso em: 21 abr. 2018.

KENFACK, David. Ressurreição em Carapa (Meliaceae): Uma reavaliação da variação morfológica e dos limites das espécies usando métodos multivariados em um contexto filogenético. Revista Botânica da Sociedade Lineana, v.165, p.86-221. 2011.

KIRK Pereira.; SHUTTE Amanda Mello. Desenvolvimento Da Liderança Comunista. **Revista De Desenvolvimento Comunitário**, S.l. v. 39, n. 3, p. 234–251, jul. 2004.

LEMOS, Verena Cansanção Da Silva. **O Festival Folclórico De Parintins**. Brasília: FASA, 2005. Monografia, (Turismo), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas.

MACHADO, Aione Ferreira; SILVA, Charlene Maria Muniz; BULCÃO, Liliane Machado; SOUSA, Raimundo Safair de; FERREIRA, Reandro Azevedo. Parintins para o mundo ver. Encontro de Geógrafos da América Latina, – Anais São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MACHADO, Frederico Soares; Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 2008. 105p.

MAGALHÃES, Regiane Campos et al. Análise geográfica sobre erosão de margens e movimentos de massa na comunidade do Divino Espírito Santo – AM (BRASIL). **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica Número Especial EGAL, p. 1-17, Jul. 2011-, ISSN-2115-2563.

MENDONÇA, Andreza Pereira; FERRAZ, Isolde Dorothea Kossmann. Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, usos e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil. Acta Amazônica, v. 37, n. 3, p. 353-364, 2007.

NETO, F. B. J de *et al.* Tecnologia da produção de semente de soja de alta qualidade – série sementes. **Circular Técnica**, Londrina, v. 1, n. 40. 12 p, mar. 2007

PEDROZO, Eugenio Ávila. “O Sistema Integrado Agronegocial” (SIAN): Uma visão interdisciplinar e sistêmica. **II Workshop Brasileiro de gestão de sistemas Agroalimentares** – PENZA/FEA/USP. Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <www.imazon.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2018.

PORTINHO, José Alexandre; ZIMMERMANN, Livia Maria; BRUCK, Mirian Rotnes. Efeitos e Benefícios do Açaí. International Journal of Nutrology, v.5, n.1, p. 15-20, jan./abr, 2012.

PEREIRA, Alexandre Pocai. Cooperativismo Florestal: Histórico e Oportunidades. Curitiba: UFP, 2015. Monografia. Universidade Federal de Curitiba, 2015. Programa De Pós-Graduação Em Ciências Humanas. Universidade De São Paulo. São Paulo, 2013.

RÊGO, José Fernandes. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. Ciência hoje, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1994.

REVISTA DE NUTRIÇÃO DE CAMPINAS. 20(1): 63-68, jan/fev. 2007.

RIPPEL, Marcia Maria; BRAGANÇA, Fábio do Carmo. Borracha natural e nano compósitos com argila. Química Nova, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 818-826, mar. 2009.

RUEDA, Manuel Pizón. Evolução histórica do extrativismo. In: Murrieta, Júlio Ruiz; Rueda, R. Pizón. (Orgs.). Reservas extrativistas. Cambridge: UICN; Brasília: CNPT, 1995. p. 3-12.

SAMPAIO, Paulo de Tarso Barbosa. Copaíba. In: CLAY, Jason ; SAMPAIO, Paulo Tarso; CLEMENT, Charles Roland. Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização, por Manaus: [INPA], 2000. p. 207-215, 2000.

SANTOS, Anadalvo Juazeiro dos; GUERRA, Fabiola Gisela Pinto de Queiroz; Aspectos Econômicos da Cadeia Produtiva dos Óleos de Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e Copaíba (*Copaifera multijuga* Hayne) na Floresta Nacional do Tapajós – Pará; Revista Floresta, Curitiba, PR, v. 40, n. 1, p. 23-28, jan./mar. 2010.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. 2012. Informações de mercado sobre o guaraná – 2012. Disponível em: <[Informações de Mercado sobre guaraná - semi.org](#)>. Acesso em 12 de out. 2018.

SIENA, Osmar; MULLER, Carlos André da Silva; FACHINELLO, Dirlei Terezinha. Sustentabilidade dos produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) do estado de Rondônia. RARA. Revista de Administração e Negócios da Amazônia. Porto Velho, v. II, n. 1, 2011.

SILVA, Danielle Wagner; CLAUDINO, Livio Sérgio Carlos; OLIVEIRA, Douglas; MATEI, Ana Paula; KUBO, Rumi Regina. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 38, ago, 2016.

SILVA, José Arimateá. Análise quali-quantitativa da extração e manejo dos recursos florestais da Amazônia brasileira: uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari – AC). 1996. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SILVEIRA, Jane Simoni. Multidimensionalidade da valorização de produtos locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. Brasília: UNB, 2009. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.

SOUZA, Nilciana Dinely de. Processo de Urbanização na Cidade de Parintins (AM): Evolução e Transformação. USP, 2015. Tese, (Doutorado) –

SOUZA, Pedro Carvalho Loureiro de. A Economia da Borracha Amazônica. Rio de Janeiro: UNCRJ, 2006. Monografia. (Ciências Florestais), Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Formulário Semiestruturado

- 1) Em que ano foi criado o consórcio dos produtores Sateré-Mawé?
- 2) Com qual objetivo?
- 3) De quem partiu a ideia de criação?
- 4) Qual o papel principal do consorcio?
- 5) Quais foram as fontes de recursos para criação do consorcio, essas fontes ainda contribuem com a atividade?
- 6) Atualmente quais são as fontes de recurso:
 - () comercialização do produto () empréstimos
 - () ajuda de terceiros () financiamento de empresas ou instituições
 - () autossuficiente

- 7) O consorcio desenvolve algum tipo atividade:
 - () socioambiental () socioeconômica
 - () educacional () palestras

- 8) Quais são os critérios exigidos para fazer parte do consorcio?
- 9) Existe algum limite de pessoas?
- 10)Quais são os produtos comercializados pelo consorcio?
- 11)Quais as fontes dos produtos que são comercializados no consorcio:
 - () pequenos produtores () comunidades
 - () extrativistas da região

- 12) Quais e quantas são as comunidades que fazem parte?
- 13)Em média quantas pessoas ou famílias compõem o consorcio?
- 14)Os fornecedores dos produtos fazem algum beneficiamento do produto antes dele chegar no consórcio?
- 15)Como é feito o transporte do produto até a sede consorcio?
- 16)Quando o produto chega no consorcio ele passa por algum procedimento, qual?
- 17)De que forma é feita a retribuição as famílias ou comunidades que vendem os produtos para o consorcio?

18) O consórcio possui alguma meta de venda de produto ou ele é vendido conforme a sua disposição?

19) Como ocorre a comercialização dos produtos?

20) Para quem eles são vendidos:

- próprio município região local
 outros estados empresas

21) Qual é o alcance de venda dos produtos:

- local regional
 nacional multinacional

22) Se são vendidos para outros estados ou exportados. Quais são eles?

23) Levantamento dos produtos:

- A - Quais Produtos são exportados?
B - Quais Produtos são vendidos na região local?
C - Qual produto é mais vendido?
D - Qual é o menos procurado?
E - Qual a sazonalidade dos produtos?

24) A renda gerada para o consórcio é suficiente para mantê-lo em atividade constante?

25) A respeito das comunidades:

1- O consórcio tem base do número de membros da família ou da quantidade de famílias que extraem o produto que chega na unidade?

2- Sabem como é feito o armazenamento do produto antes de chegar no consórcio?

3- A renda obtida através da venda do produto é:

mensal semanal vendem a cada retirada do produto outra

4- Existe algum período específico para extração dos produtos?

mensal de 3 em 3 meses semestral anual não tem época definida

5- Valores

- Custos com a extração, produção e transporte, são de responsabilidade do consórcio ou das famílias?

Na sua opinião a comercialização dos produtos extrativistas é lucrativo?

6- O consorcio acha que contribui de certa forma com a renda das famílias envolvidas?

7- A renda obtida pelas famílias através da venda do produto é:

() mensal () semanal () vendem a cada retirada do produto ()

outra

ANEXOS

ANEXO A – Carta de apresentação de projeto de pesquisa



Cesit | Centro de Estudos Superiores de Itacoalira

UEA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

CARTA DE ANUÊNCIA DE PESQUISA

Ao Senhor **SIDNEY MICHILES**
M.D. Dirigente do Consórcio dos Produtores Saterê-Mawé (CPSM)

Prezado Dirigente, solicitamos a Vossa Senhoria autorização para que a estudante do Curso de Engenharia Florestal, **TATIANA DAMASCENO RAMIRES**, matrícula 1419020016, possa colher informações deste Consórcio junto as entidades responsáveis, que farão parte fundamental de sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso "ANÁLISE CONJUNTURAL DA UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÊ MAWÉ LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM E SUA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA", orientado pelo Prof. Dr. Eduardo de Souza Mafra, cujo objetivo principal é caracterizar a Unidade de Beneficiamento do Consórcio de Produtores Saterê Mawé, no município de Parintins/AM. Ao mesmo tempo, pede-se para que o nome do Consórcio conste na Monografia a ser produzida pela referida estudante, bem como em futuras publicações em eventos acadêmicos e revistas científicas. Os dados coletados serão mantidos em sigilo de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Estes dados serão utilizados somente neste estudo e serão mantidos em bancos de dados, com acesso restrito.

Na certeza de contarmos com a sua colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Manaus, 11 de outubro de 2018.

Prof. Dr. EDUARDO DE SOUZA MAFRA
Orientador

SIDNEY MICHILES
Dirigente do CPSM



() Concordamos com a solicitação

() Não concordamos com a solicitação

ANEXO B – Carta de anuência de pesquisa



Cesit | Centro de Estudos
Superiores de Itacoatiara

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Ao Senhor **SIDNEY MICHILES**

M.D. Dirigente do Consórcio dos Produtores Saterê Mawé (CPSM)

Assunto: Apresentação de Projeto de Pesquisa e solicitação de autorização condicionada.

Prezado Senhor,

Apresentamos o Projeto de Pesquisa **"ANÁLISE CONJUNTURAL DA UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÊ MAWÉ, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM E SUA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA."**

A pesquisa tem como objetivo principal caracterizar unidade de beneficiamento do consórcio de produtores Saterê Mawé, no município de Parintins/AM.

Espera-se ainda contribuir para as políticas públicas em temas como Associativismo, Identificação e Comercialização de Produtos Regionais, Qualidade de Vida no Meio Rural e Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, bem como para o planejamento de ações de pesquisa e extensão voltadas ao Meio Rural.

As informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato de tais informações.

A pesquisa será coordenada pelo pesquisador responsável:

Prof. Dr. Eduardo de Souza Mafra



Cesit | Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara

UEA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

e será previamente apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Prédio da Escola Superior de Saúde, situado na Av. Carvalho Leal, 1.777 – Bairro da Cachoeirinha, CEP 69. 065-001 – Manaus – Amazonas. Fone (92) 38786348.

Para tanto, respeitosamente solicito a V. S.^a, conforme modelo sugerido em anexo (Autorização Condicionada), emissão de autorização para realização da pesquisa condicionada à prévia aprovação da mesma em Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96 e regulamentações correlatas).

_____, 05 de out de 2018.

PP/Euans Lopes Batista

(Assinatura e carimbo do responsável da instituição coparticipante)

